

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo N.º 10.293-002.155/90-52

ovrs

Sessão de 11 de junho de 1992

ACORDÃO N.º 201-68.173

Recurso n.º 87.632

Recorrente **PEDRO APPARECIDO DOTTO**

Recorrida DRF EM RIO BRANCO - AC

ITR - Não exclui a exigibilidade do tributo, o fato de haver em curso ação demarcatória. **Recurso negado.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por **PEDRO APPARECIDO DOTTO**.

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso. Ausente, justificadamente, o Conselheiro DOMINGOS ALFEU COLENCI DA SILVA NETO.

Sala das Sessões, em 11 de junho de 1992.

Roberto Barbosa de Castro
ROBERTO BARBOSA DE CASTRO - Presidente

Sérgio Gomes Velloso
SÉRGIO GOMES VELLOSO - Relator

Antonio Carlos Taques Camargo
* ANTONIO CARLOS TAQUES CAMARGO - Procurador-Representante da Fazenda Nacional

VISTA EM SESSÃO DE 13 NOV 1992

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros LINO DE AZEVEDO MESQUITA, HENRIQUE NEVES DA SILVA, SELMA SANTOS SALOMÃO WOLSZCZAK, ANTÔNIO MARTINS CASTELO BRANCO e ARISTÓFANES FONTOURA DE HOLANDA.

*VISTA em 13/11/92, à Procuradora da Fazenda Nacional, Drª Maíra Souza da Veiga, ex-vi da Portaria PGFN nº 656, retificada no DO de 17/11/92.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
Processo Nº 10.293-002.155/90-52

02-

Recurso Nº: 87.632
Acordão Nº: 201-68.173
Recorrente: PEDRO APPARECIDO DOTTO

R E L A T Ó R I O

O contribuinte em referência, ora Recorrente por inconformado com a Notificação de Lançamento do ITR, da Taxa de Serviços Cadastrais e Contribuições (Parafiscal e Sindical Rural CNA e CONTAG), a fls. 2 incidentes sobre o imóvel inscrito no INCRA sob o nº 012033.0033601, relativamente ao exercício de 1990, apresentou a impugnação de fls. 1, sob a alegação de que o imóvel é objeto de ação discriminatória judicial, promovida pelo INCRA, com decisão de 1ª Instância em grau de recurso.

Prestada a informação de fls. 9, a autoridade singular manteve o lançamento questionado pela decisão de fls. 11, ao fundamento:

"A notificação objeto do presente processo, foi efetuada face ao disposto no art. 1º da Lei nº 8.022, de 12 de abril de 1990; no parágrafo 7º do artigo 46 da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964; nos parágrafos 2 a 5 do artigo 7º do Decreto nº 84.685, de 6 de maio de 1990.

Quanto ao mérito, tendo em vista o disposto nos artigos 29 a 31 do Código Tributário Nacional - CTN - Lei nº 5.172766, é de se manter o lançamento".

Ainda inconformado, o Recorrente vem, tempestivamente, a este Conselho, em grau de recurso, com as razões de fls. 15/17, alegando, em síntese:

segue-

- atendendo ao chamamento pela imprensa, na década de 70, a efetiva ocupação e integração da Amazônia por brasileiros, com o produto da venda de imóveis que possuía no interior do Estado de São Paulo, adquiri a propriedade rural de que se cuida nos presentes autos, com vistas a formar uma pequena propriedade rural para a produção de alimentos nos moldes do Sul do País, onde adquirira larga experiência na agricultura;

- para o desenvolvimento da propriedade contava com financiamentos prometidos pelo Governo Federal, em seu chamamento na década de 70;

- após o início das atividades, não tive como ter acesso aos financiamentos prometidos, visto o início da "Ação discriminatória judicial" promovida pelo INCRA, o que me ocasionou enormes prejuízos, bem como fui impedido de continuar as atividades, conforme previsto no art. 24 da Lei nº 6.383/70;

- com o fim de desenvolver as atividades requeri anuência do INCRA para contrair financiamentos, o que veio a ser indeferido, visto a existência da apontada ação discriminatória;

- impedido de trabalhar, produzir, pleitear financiamentos, vender, o Recorrente aguarda a decisão final na mencionada ação discriminatória, que embora de rito sumaríssimo, se arrasta por mais de 12 anos;

- diante dos argumentos que expõe espera a sustação imediata da cobrança dos tributos incidentes sobre o imóvel em referência, até que tenha definida a sua situação legal, eis que nas condições atuais não tem como produzir, construir benfeitorias, "não podendo utilizar as terras de nenhuma forma, e o INCRA as defendendo como patrimônio da União, não tem como pagar o ITR".

É o relatório

segue-

Voto do Conselheiro-Relator, Sergio Gomes Velloso

Não tem razão o Recorrente em rebelar-se contra o lançamento do ITR do ano de 1990, relativo ao imóvel apontado. O recurso se nos apresenta protelatório no cumprimento do dever fiscal.

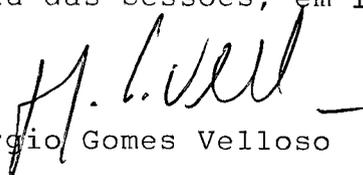
O lançamento em tela fora procedido a` vista da ficha de "Declaração para Cadastro de Imóvel Rural - DP" por ele apresentado em 1981. Desse documento resta demonstrado que ele é proprietário, com outros condôminos, por aquisição, com título devidamente registrado em cartório de imóveis da comarca onde se situa o imóvel.

O Recorrente é, pois, contribuinte do ITR nos precisos termos do art. 31 do CTN.

A eventual continuação de ação discriminatória judicial do imóvel, objeto do lançamento, não é causa suspensiva da exigibilidade do crédito tributário, por inexistente, no caso, qualquer das hipóteses previstas no art. 151 do CTN.

São estas as razões que me levam a negar provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 11 de junho de 1992.


Sergio Gomes Velloso